

HISTÓRIA LITERÁRIA ANTES DE 1922, O CASO DE RONALD DE CARVALHO

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i32p89-121>

Laura Rivas Gagliardi

RESUMO

Relegado a mero documento histórico, o volume *Pequena história da literatura brasileira* (1919), de Ronald de Carvalho, tem ganhado recentemente novas leituras. Os movimentos que levaram ao abandono e à revitalização de *Pequena história* serão iluminados aqui a partir da análise de trechos da obra e de documentos que compõem o panorama de sua recepção. A aura modernista que se colou a Ronald de Carvalho depois de sua participação na Semana de Arte Moderna de 1922 se expandiu para a *Pequena história*, produzida, contudo, nos moldes do conservadorismo acadêmico contra o qual parte dos integrantes da Semana se voltava. Esse conservadorismo não foi superado na edição revista pelo autor, lançada postumamente em 1937 e parece não ser um dado relevante nas últimas reconsiderações feitas da obra.

ABSTRACT

Relegated to being a mere historical document, Ronald de Carvalho's volume Pequena história da literatura brasileira (1919) has recently gained new readings. The movements that led to the abandonment and revitalization of Pequena história will be illuminated here based on the analysis of excerpts from the work and documents that make up a panorama of its reception. The modernist aura that became attached to Ronald de Carvalho after his participation in the Week of Modern Art of 1922 extended to his Pequena história, but this book was produced in the mold of the academic conservatism against which some of the members of the Week turned. This conservatism was not overcome in the author's revised edition, released posthumously in 1937, and does not seem to be a relevant fact in the latest reconsiderations of the work.

PALAVRAS-CHAVE:

modernismo
conservador;
escrita da história
literária;
antecedentes da Semana
de Arte Moderna;

KEYWORDS

*conservative modernism;
writing literary history;
background of the Week of
Modern Art.*

Q

uem visse Ronald de Carvalho à frente no palco do Theatro Municipal de São Paulo, declamando “bravamente” o poema “Os sapos”, de Manuel Bandeira na segunda das três noites de festival da Semana de Arte Moderna, em 1922¹, talvez estranhasse o confronto com o academismo vindo de alguém que pouco antes, em 1919, havia sido agraciado com dois prêmios da Academia Brasileira de Letras, respectivamente para o livro *Poemas e sonetos* e para a *Pequena história da literatura brasileira* (CARVALHO, 1937, p. 8).² Contudo, não deveria haver surpresa: esse aparente paradoxo compõe as faces de um mesmo prisma. Por um lado, trata-se de um fenômeno característico da chamada primeira geração modernista, nascida no final do século XIX e ainda

¹ De acordo com Manuel Bandeira em *Itinerário de Pasárgada*, “naturalmente a sátira dos ‘Sapos’ estava a calhar como número de combate e, com efeito, por ocasião da Semana de Arte Moderna, três anos depois, foi o meu poema bravamente declamado no Teatro Municipal de São Paulo pela voz de Ronald de Carvalho sob os apupos, assobios, a gritaria de ‘foi não foi’ da maioria do público, adversa ao movimento” (BANDEIRA, 2020, v.2, p. 56).

² Manuel Bandeira, em artigo “Poesia Pau-Brasil”, de 1924, havia constatado: “Ronald fala mal da Academia e vai submetendo os livros ao julgamento dessa mesma Academia que, de resto, o tem premiado abundantemente e Ronald assinala-o sempre na lista das obras que já publicou” (BANDEIRA, 1986, p. 248). Sérgio Buarque de Holanda explica no famoso artigo “O lado oposto e outros lados”, de 1926, que existem subdivisões dentro do “academismo” e se refere especificamente ao academismo de Ronald de Carvalho: “O academismo, por exemplo, em todas as suas várias modalidades – mesmo o academismo do grupo Graça Aranha-Ronald-Renato Almeida, mesmo o academismo de Guilherme de Almeida – já não é mais um inimigo, porque ele se agita num vazio e vive à custa de heranças. As figuras mais representativas desse espírito acadêmico [...] falam uma linguagem que a geração dos que vivem esqueceu há muito tempo” (HOLANDA, 1996, p. 225).

presa a modelos e convenções do passado, apesar de seu anseio de atualização, correspondente às transformações na vida do país que se industrializava. (ALAMBERT, 2012, p. 109). Por outro lado, trata-se de um traço específico do percurso intelectual de Ronald de Carvalho, que se adaptou às circunstâncias: se em 1920 criticou o tom modernizante do livro de poemas *Carnaval*, de Manuel Bandeira (ANDRADE, 2001, p. 124), em 1921 ofereceu sua casa para receber os poetas paulistas Mário de Andrade e Oswald de Andrade (Idem, p. 63), que buscavam apoio de intelectuais cariocas para sua agitação vanguardista. Afinal, depois da Semana de 22, já em 1923, Ronald tomou posição contrária às vanguardas, propondo um equilíbrio entre “modernolatria” e “classicolatria”, para usar seus termos, seguindo a linha de Graça Aranha de escape individualista no cosmos: “É preciso não esquecer que [...] cada homem é um momento da harmonia universal” (CARVALHO, 1923, p. 107).³ Essa oscilação também indica o caráter heterogêneo do grupo da Semana de 22, que, nos anos subsequentes, assumiu posturas estéticas e políticas radicalmente opostas.

Seria possível tentar encontrar na oscilação um traço de personalidade. Ronald de Carvalho era visto de diferentes maneiras por seus contemporâneos. Mário de Andrade, num ensaio de 1932, apresenta-o como o “protótipo perfeito do malandro intelectual”, que “economiza e quer ganhar o jogo [...] que joga no certo” (ANDRADE, 2002b, p. 59-60).⁴ Sérgio Buarque de Holanda e Prudente

³ Nos termos de Ronald de Carvalho em “A tortura da arte contemporânea”: “A *modernolatria*, entretanto, é tão perigosa como a *classicolatria*. Dentro desses dois polos está a sabedoria. Libertemo-nos tanto de um quanto de outro preconceito” (CARVALHO, 1923, p. 107). E depois: “A tortura do pensamento contemporâneo é, apenas, uma forma agravada da velha dúvida de todos os tempos [...] o único meio de combatê-la, já que não é possível destruí-la, é desenvolver a capacidade criadora do homem, dando-lhe ensejo de construir aqueles símbolos luminosos e serenos, que operam no coração o milagre da fé e imprimem à inteligência um ritmo divino” (Idem, p. 108).

⁴ Existiria uma tipologia dos modernistas, representados pelas figuras de Ronald de Carvalho e Graça Aranha: o malandro e o inocente. A malandragem intelectual que Mário atribui a Ronald se explicaria assim: “o malandro economiza e quer ganhar o jogo; o virgem desperdiça e o que quer é jogar. [...] Ronald de Carvalho, por tudo o que tem sido a sua atuação e obra literária, é o tipo que joga no certo; talvez mesmo ele seja um protótipo exageradamente perfeito do malandro intelectual” (ANDRADE, 2002b, p. 59-60).

de Moraes Neto, em 1925, consideravam-no um: “temperamento profundamente clássico, caracteriza-se [...] por uma grande serenidade. Diz tudo o que quer. Só o que quer. Seu pensamento e sua forma coincidem. Adaptam-se” (HOLANDA, 1996, p. 206). Em seguida, em 1926, Holanda incluiria Ronald entre os “acadêmicos ‘modernizantes’”, por sua tendência conservadora (Idem, p. 225). Manuel Bandeira, por exemplo, declara em 1924, que seu temperamento seria “avesso ao tumulto lírico moderno” (ANDRADE, 2001, p. 138).⁵ De fato, num concurso do *Diário de Notícias*, em 1932, Ronald foi eleito o “príncipe dos prosadores brasileiros”, sucedendo Coelho Neto (CARVALHO, 1937, p. 10). Posteriormente a crítica lhe atribuiu “notável capacidade de assimilação” (BOSI, 2004, p. 316), comentou a “efemeridade da glória” que marca seu percurso (MOISÉS, 2001, p. 40)⁶, bem como apontou seu “temperamento aristocrático”, que, no limite, o teria salvado de “aceitar sem reservas mentais as contingências carnavalescas do Modernismo” (MARTINS, 1965, p. 227).

Menos que adentrar em especulações de ordem subjetiva, ou traçar um perfil biográfico de Ronald de Carvalho⁷, as linhas que seguem buscam entender o volume *Pequena história da literatura brasileira*, analisando algumas de suas passagens à luz dos problemas e impasses teórico-metodológicos para a escrita da história literária que marcaram seu surgimento. Essa abordagem permitirá mostrar que as tentativas atuais de livrar Ronald de Carvalho, e em

⁵ Bandeira afirma: “O modernismo teve uma influência saudável sobre o Ronald, mas não alterou as linhas essenciais de seu espírito [...] é inteligentíssimo para compreender, não para descobrir. Compreende tudo, e tudo resume e reexpõe com uma clareza e uma medida realmente maravilhosa. Ele tem o senso das proporções, é o bom gosto acabado” (ANDRADE, 2001, p. 138)

⁶ Segundo Moisés, “Ronald de Carvalho é bem o retrato da efemeridade da glória: incensado durante a vida, gozando dum prestígio que as boas amizades testemunham, a sua estrela apagou-se após o falecimento. Talentoso, vocacionado para as Letras como por uma inarredável predestinação, encontrando todas as facilidades para exprimir seus dons, dum ampla cultura, nem por isso resistiu ao desgaste do tempo” (MOISÉS, 2001, p. 40).

⁷ Para um perfil biográfico atualizado, ver, por exemplo, o ensaio de Carvalho 2006, o rico estudo de Rivron 2011 e o trabalho de Abreu 2016.

especial esse volume⁸, do apagamento são possíveis apenas quando o enfrentamento com o próprio texto do autor é deixado de lado. Mesmo tendo sido concebida a partir de uma perspectiva simbolista-espiritualista, de cunho fortemente patriótico, a *Pequena história da literatura brasileira* se beneficiou da aura de vanguarda que impregnou seu autor depois da Semana de 1922, fazendo com que fosse incluída no conjunto das obras *modernas* de Ronald. Para isso contribuiu também o fato de que em 1937, Ronald acrescentou-lhe um último capítulo inédito, que seria o primeiro a tratar da literatura produzida no século XX, incluindo aí figuras com quem dividiu o palco do Theatro Municipal, como Mário de Andrade (MARTINS, 1965, p. 229-230).⁹ Contudo, uma leitura cuidadosa do livro, uma análise minuciosa de seus pressupostos, uma comparação com seus antecessores mostram que são necessárias muitas mediações para revalidá-la como referência pertinente, deslocando-a de sua atual posição de mero documento histórico sobre os estudos literários no Brasil.

Para isso, serão analisadas passagens da introdução e da conclusão de *Pequena história da literatura brasileira*, bem como a recepção da crítica da época a partir de documentos originais. Em seguida, serão expostas as diferentes visões que a obra suscitou. Por fim, serão oferecidas algumas ponderações sobre a atual reabilitação do livro.

1. A fantástica terra brasileira

Ao olhar atento para o “Índice geral” da *Pequena história da literatura brasileira* não escapa a organização cronológica pouco clara, a periodização difícil de visualizar, tanto na edição de 1919 quanto na de 1937. Na primeira

⁸ Nessa mesma linha, Abreu afirma que Ronald de Carvalho foi “ativo nos debates travados no período, mas posteriormente relegado a segundo plano pela historiografia literária brasileira” (ABREU, 2016, p. 3). Um exemplo da imprensa seria a reportagem de Sampaio (2022).

⁹ Para Martins, “A *Pequena história da literatura brasileira*, que era um balanço pré-modernista e cosmopolizante, transforma-se, de repente, com o capítulo final escrito para a terceira edição, na primeira história da Literatura Brasileira a refletir a ideia modernista” (MARTINS, 1965, p. 229-230).

edição, o livro está dividido em três partes - “Introdução”, “Período de formação (1500-1750)” e “Período de transformação (1750-1830)”, com capítulos desconexos, como por exemplo o que trata do “Naturalismo (1870-1900)”, incluído na última parte, que supostamente iria até 1830. Na última edição, foi acrescentado o “Período autonômico (1830-1925)”, para o qual Ronald transferiu o “Romantismo” e o “Naturalismo”, e no qual inseriu um novo capítulo, o XI, sobre o século XX, intitulado “O ceticismo literário. Reação nacionalista”. Além dessas diferenças na reorganização dos períodos da literatura brasileira e conseqüentemente na estrutura do livro, há o acréscimo de notas de rodapé. Essas mudanças mostram a tentativa de atualizar o livro, especialmente a partir do intenso debate sobre a história e a literatura no Brasil que ocorreu depois da Semana de 22, debate que se estenderia até os anos 1940, como se verá adiante. Contudo, as mudanças não superaram a linguagem e a visão de mundo e do Brasil formalizadas no livro, que continuou a ser a obra de um “academista ‘modernizante’”, para usar a expressão de Sérgio Buarque de Holanda. Em suma, a mera inclusão de um adendo sobre a época contemporânea, sem reelaboração efetiva do conjunto, torna a incongruência entre as partes ainda mais evidente. A título de exemplo, vale a pena confrontar passagens da introdução com o capítulo final, de 1937. Começemos com a introdução:

Introdução: A terra - A Atlântida e as ilhas fabulosas na Antiguidade e na Idade Média - O Brasil na época do descobrimento - O meio físico: a Natureza e os fatores Mesológicos - Algumas opiniões de escritores estrangeiros sobre o Brasil - O meio social: o homem - A raça - Conclusão

§ 1º - A Atlântida

§ 2º - O meio físico

§ 3º - O homem - O meio social

Capítulo I: A literatura no Brasil – As escolas literárias e as influências europeias

Capítulo II: A poesia e as lendas populares no Brasil

§ 1º Poesia

§ 2º As lendas e os mitos

(CARVALHO, 1937, p. 383)

Já na “Introdução” constata-se o encadeamento precário, uma vez que tópicos se repetem e a ligação entre as partes não se deixa deduzir. A “Introdução” apresenta três tópicos, designados pelo símbolo de parágrafo – numa espécie de transposição da linguagem de códigos jurídicos – além de dois capítulos. O conteúdo dessas quase sessenta páginas iniciais é bastante heterogêneo, passando da mitologia da Antiguidade clássica sobre a origem geográfica da terra brasileira às lendas da Idade Média, até chegar às fabulações “populares” do Brasil, em tese, compostas pelas narrativas indígenas e africanas. Nesse percurso fantástico, a chegada efetiva dos europeus à costa brasileira aparece como mera interrupção momentânea.

A composição aparentemente frouxa poderia ser explicada por Ronald ter como primeira preocupação responder a questões suscitadas pelo pensamento brasileiro do século XIX, embora não seja explicitado em nenhum momento ser esse o fio condutor da argumentação.¹⁰ Em nome desse acerto de contas, Ronald se aproxima e se distancia de seus predecessores, mas não se diferencia deles propriamente, pois ainda opera nos mesmos termos. Alguns exemplos podem ser elucidativos quanto a isso. O parágrafo de abertura do livro diz:

Desde a Idade Média que a existência de terras situadas a oeste da Europa preocupou os mais *notáveis* pensadores do velho mundo. Contam-se por dezenas as narrações *fantásticas* de continentes e

¹⁰ Um exemplo: “Não queremos terminar este parágrafo sem fazer um pequeno reparo às boutades de outro afamado sociólogo [...] porque tem exercido sobre os leitores brasileiros imensa influência. Referimo-nos ao Sr. Gustave Le Bon.” (CARVALHO, 1937, p. 31)

arquipélagos *fabulosos* cobertos de *abundantes* florestas, cortados por *caudalosos* rios e sombreados de montanhas *intransponíveis*, onde os metais *preciosos* e as pedrarias *raras* se confundiam com o esplendor *magnífico* de uma flora *maravilhosa* e uma fauna *desconhecida*. (CARVALHO, 1937, p. 15, grifos meus)

Considerando o tom patriótico, fantástico e grandiloquente que sobressai em toda a *Pequena história da literatura brasileira*, chama a atenção que o livro coloque em primeiro plano, já nas primeiras linhas, o ponto de vista que parece orientá-lo: o dos “mais notáveis pensadores do velho mundo”. Talvez haja, aqui, uma referência a *O Brasil literário*, de Ferdinand Wolf¹¹, que também evoca no parágrafo inicial a autoridade dos homens cultos europeus:

O império do Brasil viu nestes últimos anos sua influência aumentar, a ponto de atrair a atenção de toda a Europa civilizada. Naturalistas, etnógrafos, historiadores, homens de estado, tomaram-no por objeto de seus estudos, de que resultou um número considerável de obras importantes. (WOLF, 1955, p. 3)

Ambos consideram os “notáveis pensadores”, os “naturalistas, etnógrafos, historiadores, homens de Estado”, como produtores de uma verdade universal, em que poderia ser incluída a realidade brasileira. A semelhança entre Wolf e Ronald residiria sobretudo na perspectiva europeia e elitista, que oblitera a colonização, porém, com finalidades diferentes: a narrativa de Wolf desvia a atenção de seu próprio projeto político-ideológico, a de Ronald forja uma genealogia esplêndida porque livre da exploração colonial. Quanto às

¹¹ O austríaco Ferdinand Wolf (1796-1866) foi considerado por Silvio Romero o mais importante historiador da literatura brasileira até o final do século XIX, como se lê no capítulo introdutório à *História da literatura brasileira* (1888). O livro de Wolf *Le Brésil littéraire: histoire de la littérature brésilienne*, foi redigido originalmente em alemão, mas publicado apenas em tradução francesa pela editora berlinense Asher & Co em 1863. A tradução brasileira surgiu em 1955, momento em que se buscava uma obra definitiva sobre a história da literatura brasileira, como se explica neste texto.

diferenças entre ambos, Ronald coloca em primeiro plano a paisagem brasileira, confundida com as narrativas ficcionais que evoca para justificar a existência do Brasil através dos tempos, mas de maneira a-histórica, sem se aprofundar nas relações que produziram os fatos. Ao contrário de Wolf, que, em 1863, já tentava tratar a literatura brasileira com termos sóbrios em busca de uma pretensa objetividade científica, Ronald recheou sua prosa com adjetivos que caracterizam o Brasil da maneira mais digna, como realização aprimorada das mitologias do passado medieval europeu, e não como resultado da empresa colonial lusitana. Nesse quadro, a especificidade nacional está na descrição objetiva de elementos exóticos do Brasil. Essa visão seria identificada por Sérgio Buarque de Holanda numa crítica a outro trabalho de Ronald, os *Estudos brasileiros*, publicados em 1924, que valeria para a *Pequena história* também: “Há aí um ponto de vista visivelmente falso. O nacionalismo de um artista é subjetivo e não objetivo. Está no espírito e não no ambiente das obras que cria” (HOLANDA, 1996, p. 205). Ronald estaria empenhado em forjar a nacionalidade nos moldes do romantismo brasileiro: por meio da caracterização da paisagem.

O ponto de vista falso aparece desde o primeiro tópico, “A Atlântida”, cujo tema é a *terra* brasileira, não seus habitantes, nem sua literatura. Entretanto, sem que se mencionem as consequências de tratados, acordos e guerras para a cartografia do que posteriormente viria a ser conhecido como o Brasil, toda explanação parece puro devaneio. Se a passagem em que descreve a chegada de Pedro Álvares Cabral à costa brasileira representa uma volta à realidade, ela é marcada pelo retorno rápido ao tom fabuloso, em que se invertem realidade e invenção imaginação é sempre mais proveitosa, mais rica e mais forte:

Era a mais *deliciosa* das realidades que *sorria* aos olhos deslumbrados dos velhos navegadores europeus. Era a realidade recompensadora de tantos sonhos desfeitos, de tantas audácias inúteis, de tantas

decepções dolorosas. Um mundo *virgem*, boiando em luz, *recamado* de flores odoríferas e de dourados *frutos* esquisitos, um mundo mais *atraente* que as “Ilhas verdes” dos Gauleses ou o “Meg-Meld” dos irlandeses, rompia das águas espelhadas, como uma grande *joia* luminosa! (CARVALHO, 1937, p. 20, grifos meus).

Sempre com perspectiva europeizante, acompanhada de retórica altíssima, o texto elenca referências literárias, construindo o surgimento do Brasil como acontecimento quase *literário*. A evocação de *Os lusíadas*, de Camões, por exemplo, também serve como um aceno simpático ao conservadorismo da Academia Brasileira de Letras, que ainda mantinha, em 1919, em alta conta os padrões lusitanos. Por meio de técnicas estilísticas precisas, como a enumeração progressiva, o registro propriamente histórico acaba se transformando ele próprio em fábula. Nesse trecho específico, como é possível constatar pelo vocabulário em destaque, sobressai a conotação de posse quase sexual que o achamento da terra brasileira representa para os “velhos navegadores europeus”. A terra, associada ao gênero feminino, seduz, é “deliciosa”, “sorridente”, “virgem”, “atraente”, uma “joia”. O campo semântico é elaborado com atenção aos valores do patriarcalismo brasileiro que determinava a sociabilidade da época. Continua Ronald:

Tanta era a sua beleza e tal o primor das suas paisagens graciosas, que um sentimento de orgulho cresceu satisfeito naquelas almas rudes e bravias da lusitana gente... habituados à rispidez das desoladas costas africanas [...] os marinheiros da frota de Cabral como que avistaram no seio dos bosques misteriosos, na transparência das águas desnevadas, no brilho do céu límpido e macio, no viço das plantas elegantes e aromáticas, aquela Ilha dos Amores [...]. (CARVALHO, 1937, p. 20)

A passagem do primeiro tópico “A Atlântida” ao segundo, “O meio físico”, em que Ronald investiga “a geografia física e a estratigrafia da América do Sul”, se faz sem mediação. As explicações sobre a geologia e a vegetação do Brasil, pouco se relacionam com o tema literário. Uma exceção é a passagem em que Ronald divide o Brasil em duas zonas: “a das florestas e a dos capoeirões” (CARVALHO, 1937, p. 25), que representam a diferença entre sertão e litoral. Segundo esse modo de ver, “o homem representa, aqui, perfeitamente as características do ambiente em que nasceu: o sertanejo é sóbrio [...] o homem litorâneo é nervoso [...]” (Idem, p. 25). E acrescenta exemplos: “O homem do sertão é, por exemplo, Euclides da Cunha, o homem do litoral, Joaquim Nabuco” (Idem, p. 26).

O capítulo X, último capítulo da edição original, apresenta a “reação espiritualista” ao “materialismo brutal e cínico dos naturalistas” (Idem, p. 338) e ao rigor dos parnasianos. Trata-se de um esquema do final século XIX, das variações da linha simbolista, mística ou decadente, nas palavras do autor, derivada da obra de Charles Baudelaire. Como nos outros capítulos, Ronald descreve a obra de Cruz e Souza depois de uma longa introdução que situa o “movimento espiritualista” na literatura mundial, especialmente francesa, para em seguida passar à repercussão no Brasil.

Esse padrão, que relaciona nacional e internacional, não é adotado no capítulo XI, inserido na edição de 1937. Embora mencione o ceticismo literário como tendência geral, citando “Oscar Wilde, Jean Lorrain, Eça de Queiroz” etc., não se refere a eventuais representantes brasileiros. Ronald reprova na obra desses autores a falta de “clima moral”, o “desenraizamento do mundo” das personagens que “não pertencem a país nenhum”. Considerando que a questão da representação da paisagem é central no seu critério de nacionalidade, busca encontrar autores em que se façam presentes a expressão patriótica, “o sentimento da brasilidade” (Idem, p. 362). Suas afirmações, vagas e inespecíficas, almejam a precisão da ciência, mas recaem no diletantismo

genérico das primeiras páginas do volume, sendo talvez o traço de união entre o começo e o fim do volume.

Ronald fala em uma “geração modernista”, porém, não é possível saber se trata da geração que fez a Semana de 22, pois não há referência a ela. Nessas últimas páginas, o autor descreve a formação do Brasil a partir da perspectiva “moderna”, em que inclui a sua própria. Contudo a reprodução de falsidades ideológicas torna a validade do texto limitada: Ronald oculta a colonização, a escravização e a oposição entre proprietários e não proprietários, reunindo todos sob o mesmo epíteto de “brasileiro”. Ele elogia *Os sertões*, por exemplo, por se empenhar nos “grandes problemas éticos e antropológicos de nosso país” (Idem, p. 363), pois oferecia:

a fisionomia do vaqueiro, do mestiço gerado pelo caldeamento das raças primitivas que se cruzaram nos alongados séculos da colônia. Ali estão os descendentes dos nossos antigos civilizadores, bandeirantes do norte, os criadores, os agricultores, os senhores do engenho” (CARVALHO, 1937, p. 363).

Esse traço de ideologia nacionalista aparece também quando Ronald de Carvalho define o que seria a obra artística “moderna” e enfatiza a “melancolia” que a caracteriza, herdada dos antepassados do século XIX:

Perdido na vastidão da floresta insidiosa, que, a cada passo, vem arrancar-lhe os frutos do seu labor, o brasileiro reflete no pensamento a tragédia áspera e contínua da sua adaptação ao meio cósmico. (CARVALHO, 1937, p. 364)

Assim, a natureza fantástica positivamente descrita nas primeiras páginas do volume dá lugar à natureza “realista” do século XX, que torna o brasileiro “um ser destinado ao terror e à humilhação diante da natureza”:

Os rios saltam dos leitos e engolem as terras marginais. Pululam, nas fermentações dos mangues e igapós, milhões de insetos, desde a borboleta ao pium voraz. A sombra de certas árvores é mortífera, e há grandes corolas que se abrem como bocas esfaimadas. Somente o homem se encontra deslocado, nesse monstruoso divertimento das forças elementares. (CARVALHO, 1937, p. 364)

Depois de expor esse quadro, Ronald defende a posição “moderna”, que se distingue da “melancolia da floresta”, pois a “civilização é uma conquista do homem sobre a natureza” (CARVALHO, 1937, p. 366). Desse modo não haveria Amazônia ou zona agreste que resistisse a se transformar em campos de lavoura, a exemplo do que havia sido feito no Texas, nos Estados Unidos, graças ao “esforço do norte-americano” (Idem, p. 366). Para dar mais um exemplo significativo das confusões e torções ideológicas, Ronald esfumaça a disputa interna pelo domínio dos postos de comando do país entre as oligarquias regionais, e entre estas e a nova burguesia ascendente, com a imagem da luta do homem com a terra. O antigo “fazendeiro [que] era o patriarca da nação”, simplesmente dá lugar aos industriais. Assim, a arte nova surgiria sob esse prisma: “todo o nosso chamado Romantismo foi feito por essa gente rude, mestiça e fundamentalmente conservadora do campo”, agora, “o italiano, o alemão, o eslavo e o saxão trouxeram a máquina para a nossa economia. O Brasil industrializou-se, principalmente, ao sul, no Rio, em São Paulo. Tornou-se a vida, portanto, mais ativa, mais vertiginosa, mais cosmopolita, menos conservadora, em suma” (Idem, p. 366).

Como em diversas passagens da “Introdução”, os últimos parágrafos do livro respondem a questões candentes da época: por exemplo, a ambiguidade no uso do termo “futurista” – que teria levado Mário de Andrade a adotar o

vocábulo “modernista”. Apesar de igualmente marcado por uma vasta pluralidade de sentidos, como atesta o próprio texto de Ronald, o termo tinha a vantagem de evitar associações com o movimento italiano de Marinetti:

O homem novo do Brasil quer viver a realidade do momento. Ser moderno não é ser futurista nem esquecer o passado. Ninguém pode esquecer o passado. Repeti-lo, entretanto, seria fracionar artificialmente a realidade, que é contínua e indivisível. (CARVALHO, 1937, p. 369)

Por fim, cabe pontuar mais um aspecto relevante da desarticulação entre a edição original e os acréscimos da edição de 1937. O último parágrafo é citado com frequência como exemplo de crítica à elite brasileira e à permanência de padrões europeus, propondo em seu lugar a “hora americana”. Contudo, ele reforça, antes, a ideia de que a literatura brasileira não havia se constituído, era ainda uma tarefa a ser realizada pelo “homem moderno do Brasil”, continuava a ser uma “promessa excitante”:

O homem moderno do Brasil deve, para criar uma literatura própria, evitar toda espécie de preconceitos. Ele tem diante dos olhos um mundo virgem, cheio de promessas excitantes [...] O erro primordial das nossas elites, até agora, foi aplicar ao Brasil, artificialmente, a lição europeia. Estamos no momento da lição americana. Chegamos afinal, ao nosso momento. (CARVALHO, 1937, p. 372)

Nesse sentido, a edição de 1937 parece se encerrar com uma posição contraditória quanto a tudo o que havia sido exposto anteriormente, como também constata Rivron (2011, p. 87), cujo fio era justificar o surgimento e a particularidade da literatura brasileira em relação de igualdade com a Europa.

2. A recepção à época

A recepção de *Pequena história da literatura brasileira* à época de sua publicação, em 1919, foi positiva. Ela reflete a novidade que o livro de Ronald de Carvalho representava: um resumo breve do que havia sido produzido antes, em linguagem acessível, apesar das citações em latim, grego, inglês e francês como prova de erudição; uma atualização crítica, apesar do excesso de referências a estudos internacionais contemporâneos como demonstração de conhecimento em diversas áreas do que hoje se chamaria “humanidades”; uma tentativa de estabelecer paralelos entre autores brasileiros e europeus, apesar da pouca fundamentação, como forma de igualar o descompasso da produção cultural. Um breve panorama da recepção exemplifica esses pontos.

O crítico João Ribeiro (1860-1934) publicou no periódico carioca *O Imparcial*, a 27/10/1919, uma resenha elogiosa em sua coluna “Crônica literária”. O livro de Ronald seria prova de que nenhuma das obras anteriores – numa linha que passa por Wolf, Varnhagen, Sílvio Romero e José Veríssimo – poderia ser vista como definitiva. Um dos aspectos que mais chamam a atenção na resenha de Ribeiro é a clareza quanto ao estatuto da literatura colonial: ela seria de tal modo incongruente que dificultaria uma visão articulada de um conjunto articulado. Ribeiro afirma:

[...] todos, ou quase todos os seus representantes, são descontínuos e sem contato. Ligam-se à metrópole e com ela se entendem, mas entre si se ignoram. Essa falta de continuidade compromete a própria história, que passa a existir idealmente pelo frágil nexos abstrato da cronologia. Uns vêm após outros, gênios solitários e incomunicáveis, e vão sem continuadores nem discípulos. A nossa história literária começa, em rigor, com os românticos, e, a conceder muito, com os últimos arcades. Contudo, não podemos omitir ou deixar em silêncio os casos fragmentários e esporádicos da cultura americana. (RIBEIRO, 1919, p. 3)

Tristão de Ataíde (1893-1983) escreveu em 3/11/1919 em *O Jornal* uma resenha em que informa sobre a situação atual da crítica literária, recriminando o fato de que “as teorias do criticismo moderno têm feito, cada vez mais, desviarem-se estes estudos para o terreno da sociologia” (Ataíde, 1919, p. 7). Seria preciso não mais submeter a literatura e sua especificidade a tal “empirismo científico”. Por essa razão, o estudo de Ronald teria o mérito de seguir uma orientação estética, “até agora desconhecida em nossas letras”. Isso porque, por ser poeta, Ronald teria uma sensibilidade mais apurada para o texto literário do que seus antecessores “eruditos” ou “vulgarizadores”. Sem a pretensão de trazer algo novo, Ronald teria produzido um “compêndio de interpretação”, a partir de dois elementos fundamentais: a penetração e a abstração. Para exemplificar, Ataíde detêm-se, de início, no índice, “o melhor meio de se ler um livro”, pois seria “o arcabouço da obra e por ele se revela o engenho do autor, quanto à classificação das matérias, à distribuição dos valores, modo geral de exposição”. Nesse sentido, ao contrário do que se apresentou anteriormente aqui, Ataíde afirma: “Tem a classificação do sr. Ronald de Carvalho os atributos que nega à de Silvio Romero – segurança e concisão” (Idem, p. 7). A seguir, elogia a “Introdução”: “[...] um estudo preliminar muito bem deduzido, e que fervilha de ideias interessantes, sobre o meio físico e social” (Idem). Ataíde ressalta a abordagem mais imparcial de Gregório de Matos, embora seja também evidente sua simpatia pela escolha de Basílio da Gama entre os melhores autores árcades; assinala que Ronald define o caráter geral do Romantismo e do Naturalismo com precisão e que apresenta o Simbolismo “como preferência e mesmo tendência pessoal”. As falhas estariam sobretudo nas referências incompletas e inadequadas aos contemporâneos. Segundo Ataíde, o modelo deveria ter sido a história literária da França, escrita por Brunetiére, que defendia não existir história contemporânea. Ao esboçar o “espírito geral do livro”, avalia positivamente que o “autor sabe esbater as fraquezas e realçar as belezas das coisas

observadas”, fazendo com que o tom seja otimista. Nessa linha, primeiro destaca o sucesso em mostrar os clássicos greco-romanos antepassados “na mesma linha varonil que a dos franceses e italianos” (Idem). Quanto à abordagem teórico-metodológica, Ataíde a identifica no “princípio hegeliano do encadeamento universal de todas as coisas, explicadas e, até certo ponto, justificadas, as influências exóticas na nossa produção literária” (Idem). Depois destaca o “critério psicológico e filosófico”, atados pela técnica da penetração nas obras e da observação de seus traços generalizantes. Ataíde conclui, comparando o estilo de *Pequena história* com o de Romero e de Veríssimo:

Das três atitudes do homem consciente perante a beleza [...] adotou Silvio Romero a do filósofo, José Veríssimo a do crítico e o Sr. Ronald de Carvalho a do esteta. Ficará nas letras pátrias como o primeiro artista que, por sistema, versou a nossa história literária, fazendo de um livro de ciência uma obra de arte. (ATAÍDE, 1919, p. 7)

Nestor Victor (1868-1932), conhecido crítico da época por sua aversão ao Simbolismo¹², publica na *Revista Americana* em 10/12/1919 artigo intitulado “Uma carta”, dirigida a Ronald de Carvalho com sua avaliação generosa do volume. Afirma que o livro “pode ser o *manual* da nossa literatura”, pois teria sido feito “com o esmero com que se fazem romances ou poemas” (p. 280) e estaria preocupado em mostrar o modo “como se liga a América ao velho mundo”. A ressalva quanto ao patriotismo grandiloquente é explícita: “há um espírito de nativismo que muitos condenarão em um historiador” (VICTOR, 1919, p. 281) e, dirigindo-se ao autor, afirma:

¹² Segundo Nestor Vitor, os simbolistas seriam “desorganizados indivíduos, sacos de disparates e de incongruências, falsificadores de sensações, caricaturistas da Dor, ápteros que o sopro da insânia fez doudejar momentaneamente nos ares e que atribuem nesciamente o fenômeno à possança aquilina de asas” (*apud* MARTINS, 1983, p. 462.)

Já não é o livro de um naturalista como o foi Silvio Romero, sobretudo por suas teorias, Veríssimo, por seu temperamento, por sua intuição, Araripe pelos seus processos. É o ensaio do herdeiro de toda a moderna crítica até aqui, mas já tocado desse misticismo do belo a que o senhor se refere a propósito dos simbolistas. Daí o seu estilo que denuncia tão fina sensibilidade, mas estilo tão desarraigado tão cosmopolita, que me pareceu [...] provir de sua educação no estrangeiro. [...] Daí o quê de tom de poema [...] a sua talvez involuntária tendência apologética, dando-lhe um ar visivelmente neo-romântico. (Victor, 1919, p. 286)

As minuciosas considerações somam um balanço positivo, pois veem em Ronald de Carvalho uma figura bem-preparada da nova geração de críticos e literatos, que mantém boas relações com “os chefes da literatura oficial do Rio” (VICTOR, 1919, p. 290) e, ao mesmo tempo, alguma autonomia.

Um pouco posteriormente, nos primeiros meses de 1920, Andrade Muricy, assinando apenas A.M., publicou a resenha “Os prosadores: Ronald de Carvalho e a crítica literária brasileira”. Muricy procura esclarecer por que a crítica literária seria incipiente no Brasil: “É um gênero relativamente recente da literatura universal, e isso porque é um produto requintado exigindo tradições literárias e equilíbrio racial” (MURICY, 1920, p. 473). Sob esse ponto de vista, o volume de Ronald é efusivamente louvado, pois realizaria de maneira apropriada a tarefa do crítico literário, servindo como “programa de crítica construtora” (Idem, p. 474):

Uma história literária tem de ser, forçosamente, um repositório de experiência, de senso superior, de tato e de boa medida. Seu autor deve ser um erudito e ao mesmo tempo um artista. Deve ter uma exata compreensão dos valores literários e uma nítida visão das condições gerais de evolução social, moral e intelectual de seu país, e ser capaz de compará-la, com segurança e largueza de vistas, com a evolução

mundial do pensamento e da arte. [...] A crítica literária, tão malsinada pelos que não a compreendem, pelos despeitados ou pelos que apenas conhecem a pseudocrítica, é, no entanto, o maior fator de consciência, intelectual de um povo [...] É por meio dela que podemos avaliar o conjunto do esforço criador da nação. (MURICY, 1920, p. 472)

Pela exposição sumária das resenhas de João Ribeiro, Tristão de Ataíde, Nestor Victor e Andrade Muricy, observa-se que convergem na acolhida calorosa ao livro de Ronald de Carvalho. Elas permitem dimensionar o clima intelectual que antecedeu à Semana de Arte Moderna, bem como a ruptura que ela consagrou. A postura simbolista de crítica ao parnasianismo e seus valores não havia sido suficientemente coletiva para fazer deslanchar um “estado de espírito revolucionário e um sentimento de arrebenção”, que preparariam as transformações político-sociais posteriores, na explicação de Mário de Andrade (ANDRADE, 2002b, p. 265).

Sérgio Buarque de Holanda trataria dessa diferença entre antes e depois de 22 nos seguintes termos:

Qualquer pessoa que compare o Brasil intelectual de hoje com o de há dez anos não pode deixar de observar uma divergência apreciável entre os dois momentos, não só nos pontos de vista que os conduzem como ainda mesmo nos indivíduos que os exprimem. [...] A gente de hoje aboliu escandalosamente, graças a Deus, aquele cepticismo bocó, o idealismo impreciso e desajeitado, a poesia “bibelô”, a retórica vazia [...] (HOLANDA, 1996, p. 224)

Nesse mesmo famoso texto de 1926, intitulado “O lado oposto e outros lados”, Holanda reitera que não fazia sentido “combater o que já se extinguiu” (HOLANDA, 1996, p. 225) e aponta o fim do “academismo”, mesmo do academismo “modernizante” de autores como Ronald de Carvalho, que

por certo tempo [aparentou] responder às instâncias da nossa geração. Mas hoje logo à primeira vista se sente que falharam irremediavelmente. [...] continuaram a tradição da poesia, da literatura “bibelô” [...] São autores que se acham situados positivamente do lado oposto e que fazem todo o possível para sentirem um pouco a inquietação da gente da vanguarda. (HOLANDA, 1996, p. 225)

A análise de Holanda pode ser considerada como testemunho da abertura que a Semana de Arte Moderna representou, da imprecisão do termo “moderno” e, afinal, da unanimidade fictícia que teria produzido a Semana de 22. Mas, em especial, a passagem ajuda a entender por que não haveria mais espaço para Ronald de Carvalho no futuro. O academismo levaria Ronald de Carvalho ao esquecimento: “Houve tempo em que esses autores foram tudo quanto havia de bom na literatura brasileira. No ponto em que estamos hoje, eles não significam mais nada para nós” (HOLANDA, 1996, p. 225). Certamente, a perspectiva assumida tem cunho particular, como revela o uso da primeira pessoa do plural. Mesmo assim, vale como registro da superação em curso do estilo, da linguagem e da visão de mundo próprias ao academismo.

Além disso, historicamente, com a fundação Universidade de São Paulo em 1934, que levou à crescente especialização do trabalho acadêmico, a *Pequena história da literatura brasileira* viria a se tornar, gradativamente, documento de época. Faltava-lhe clareza na abordagem metodológica, consistência na pesquisa histórica, objetividade terminológica: em suma, uma visão “não-idealizante” tanto da história brasileira, para que considerasse seus conflitos, quanto da literatura brasileira, para que a considerasse um elemento desses conflitos. Mesmo assim, como se verá a seguir, o livro ganhou grande popularidade, integrando “bibliografias, programas de ensino e coleções prestigiosas de estudos brasileiros, ao lado das obras de Romero e Veríssimo”, sem falar nas catorze reedições até o momento presente (RIVRON, 2011, p. 76).

3. Avaliações posteriores em contexto

Depois da primeira edição de *Pequena história*, em 1919, o livro foi reeditado quatro vezes até ser revisto pelo autor para a quinta edição, afinal publicada em 1937, postumamente. Nesse período, muito se discutiu sobre o tema da escrita da história literária, em especial por causa de outras tentativas que haviam sido feitas, desbancando a exclusividade do livro de Ronald nesse campo. Exemplos são a *História da literatura brasileira*, de Bezerra de Freitas, e a *História breve da literatura brasileira*, do português José Osório de Oliveira, ambas publicadas em 1939 e resenhadas por Mário de Andrade, além de *Aspectos da literatura brasileira*, do próprio Mário, e de *Uma interpretação da literatura brasileira*, de Viana Moog, ambos de 1943, mas com caráter um pouco diverso dos dois primeiros por não serem visões de conjunto.¹³

Essa onda de publicações talvez esteja relacionada ao fato de a institucionalização da literatura brasileira no ensino superior datar dessa época. Como explica Antonio Candido em elucidativos artigos, “A literatura e a universidade I e II”, publicados em 1946 em sua coluna semanal no jornal *Diário de São Paulo*: “no Brasil, em pleno século XX, ao se iniciar fase nova da cultura superior, as universidades não discriminavam da portuguesa a literatura nacional, colocando-se dentro de uma mentalidade correspondente ao tempo da abertura dos portos” (CANDIDO, 2000, p. 235). A partir de 1939, passariam a ser oferecidas duas aulas por semana de literatura brasileira, durante um ano, nos currículos de Línguas Neolatinas e no de Letras Clássicas. A precariedade das condições de trabalho e o despreparo dos professores faria com que o ensino das literaturas das outras línguas neolatinas fosse mais consistente que

¹³ Sobre Bezerra de Freitas, ver Andrade 1993 e sobre Osório de Oliveira, ver Andrade 2002a. Segundo Rivron, essa nova onda de publicações sobre a história da literatura brasileira se insere no contexto da instauração do Estado Novo, que buscava consolidar a unidade cultural da nação. Rivron menciona oito novas obras do gênero entre 1930 e 1940 (cf. RIVRON, 2011, p. 86).

o da brasileira. Além disso, Candido detectava um “impasse no movimento crítico”, que talvez a universidade pudesse resolver: tratava-se da ausência, depois da de Sílvio Romero, de uma “obra sólida, amplamente arquitetada, para compreensão de nossa cultura”. Candido menciona os “críticos pessoais” como Tristão de Ataíde, Álvaro Lins, Sérgio Milliet, Sérgio Buarque, entre outros, contudo, suas obras não se configurariam num “esforço largo e amadurecido de revisão de valores, de verdadeira filosofia da crítica” (Idem, p. 242).

Essas ponderações de Candido sobre história e crítica da literatura parecem desenvolver o tratamento dado ao assunto já em 1943, quando ele havia dedicado dois artigos, intitulados “Literatura brasileira I e II”, ao livro *Síntese do desenvolvimento literário no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré. Nesse contexto, em que faz um balanço retrospectivo dos trabalhos críticos anteriores, tece comentários negativos à *Pequena história*:

A mais usada e espalhada das histórias da literatura brasileira é a de Ronald de Carvalho, já é tempo de se dar o brado de – basta! Não se explica mais, com efeito, que tal livro continue a ter a voga que tem. Só a justificava a ausência absoluta de outro, moderno, que o substituísse nos Ginásios e nos Cursos Complementares. A obra de Ronald de Carvalho envelheceu tão rapidamente; as suas fraquezas de fundo e de forma se patenteiam com tanta veemência à nossa época em que já se vai difundido um pouco de espírito crítico, que continuar a aceitá-la ou opor-lhe tão somente o dar de ombros cômodo da indiferença não é mais possível.

Feita segundo um plano retalhado no do velho Sílvio, ao qual o esteta aristocratizante do “epigramas irônicos e sentimentais” juntou a incrível piada da lenda da Atlântida, essa obra só se recomenda como exemplo de defeitos a serem evitados. Totalmente desprovido de senso histórico, o que o seu autor fez foi aproveitar o enquadramento dos seus predecessores para aplicar uma das críticas

mais ocas que já se fizeram nestas terras. Contornando sempre o problema crítico, procura salvar-se pela metáfora e pela mais descabelada preocupação paralelística, desentocando em cada escritor indígena um símile europeu – numa prova sempre renovada de incapacidade crítica e histórica. A literatura existe para ele como que por acaso – sem razão de ser no meio e no tempo. E o que há de aproveitável no livro é este ou aquele pedaço em que ele interpreta bem um poeta ou outro dentro da sua maneira rebuscada de *salon de Beauté*. (CANDIDO, 1943, p. 5)

Salta à vista a urgência para suprir uma falta: se, como disse Sérgio Buarque de Holanda na passagem citada acima, a Semana de 22 havia transformado radicalmente a vida intelectual, faltava na crítica literária uma atualização correspondente, “moderna”. No juízo de Candido, em expressões como “o esteta aristocratizante”, ecoa a posição enfática de ruptura adotada por Holanda. Posteriormente, em 1959, quando Antonio Candido publicou *Formação da literatura brasileira* sua avaliação do livro destacaria menos os traços negativos:

obra acessível, agradável e bem escrita, com uma inútil digressão prévia. O seu mérito foi haver reduzido quase ao essencial o elenco dos autores e apresentado a matéria com um gosto e amenidade até então desconhecidos. Mas dá, na maior parte, a impressão de estar baseada na leitura de Sílvio Romero e José Veríssimo, não dos autores arrolados, o que explicaria certos erros imperdoáveis e a tendência para dizer coisas incharacterísticas sobre eles. (CANDIDO, 2000, p. 308)

O trecho acima encontra-se na lista de obras gerais, elencadas ao final de *Formação da literatura brasileira*, e que os leitores deveriam ter “sempre em mente, como se em cada nota estivessem citadas, pois na verdade estão implícitas, por se considerarem de consulta obrigatória” (CANDIDO, 2000, v.

2, p. 349). A convicção de que *Pequena história* teria importância história (e não menos, importância afetiva) aparece no corpo do texto, logo nos primeiros parágrafos do “Prefácio”, num tom quase confessional: “li também muito a *Pequena História*, de Ronald de Carvalho, pelos tempos do ginásio, reproduzindo-a abundantemente em provas e exames, de tal modo estava impregnado de suas páginas” (CANDIDO, 2000, v. 1, p. 11). Seria possível dizer que, no contexto do trabalho de pesquisa acadêmica em que se insere a *Formação*, Candido considera a obra de Ronald como referência a ser consultada e obra a ser analisada ao lado de outros estudos do mesmo gênero, mas não lhe atribui importância maior tanto em relação a outras mais antigas, como, por exemplo, as de Ferdinand Wolf, Fernandes Pinheiro e Silvio Romero, ou mais recentes, como as de Viana Moog ou Antonio Soares Amora, *História da literatura brasileira*, de 1955.

Outro exemplo de avaliação crítica seria o breve e preciso comentário de Otto Maria Carpeaux em *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Lá o autor esclarece um ponto central que parece passar despercebido: a revisão de *Pequena história* não torna a obra menos antiquada. Carpeaux diz:

Tendo sido Ronald de Carvalho um dos chefes do movimento modernista depois de 1922, é preciso lembrar que a 1ª edição, pouco modificada até a 5ª, é de 1919. A obra [...] mantém o ponto de vista parnasiano, infenso às correntes literárias que em 1919 passaram por “modernas”. (CARPEAUX, 1955, p. 24)

Nos anos 1970, quando da redação de sua *História concisa da literatura brasileira*, Alfredo Bosi afirmaria modo igualmente crítico, com fina sutileza e ironia:

[...] na mesma época em que João Ribeiro abandonava os cânones parnasianos, um futuro poeta modernista, Ronald de Carvalho [...],

escrevia uma *Pequena história da literatura brasileira* ainda presa a critérios acadêmicos-nacionalistas. Critérios que a sua notável capacidade de assimilação iria depois adelgaçar para absorver, diplomaticamente, as novidades do Modernismo. (BOSI, 1994, p. 316)

A passagem resume dois aspectos centrais da obra de Ronald que foram delineados acima: seu compromisso com os valores propagados pela Academia Brasileira de Letras e sua postura conservadora, apesar da aceitação parcial das conquistas do Modernismo e de sua adesão ao movimento. Como Candido, Bosi pouco aproveita das análises de Ronald para sua própria elaboração, citando a *Pequena história* apenas na lista de obras intitulada “Histórias da literatura brasileira”, que conta mais de vinte títulos.

De acordo com Wilson Martins, os defeitos de *Pequena história da literatura brasileira* “pertencem mais à época do que ao autor” (MARTINS, 1983, p. 467), embora aponte também o problema das “generalizações que cheiram o seu tanto ao século XIX” (Idem, p. 468). Contudo, de maneira geral, Martins situa historicamente a novidade de Ronald e seus aspectos positivos, qualificando seu estudo de “bom impressionismo” (Idem, p. 469). Além disso, o patriotismo de Ronald se faria sentir pelo seu ímpeto universalista: “a espontânea integração dos movimentos e escolas estéticas da literatura brasileira nas grandes correntes do pensamento universal. [...] fez da história da literatura brasileira uma história universal da literatura, vista através dos escritores do seu país” (Idem, p. 465). Esse balanço simpático talvez tenha servido de precedente para o revisionismo dos anos subsequentes.

A partir dos anos 2000, no curso das reavaliações do Modernismo e à luz de teorias contemporâneas para compreensão da escrita da história literária, começaram a surgir novos estudos da obra de Ronald de Carvalho e, em especial, da *Pequena História da literatura brasileira*. Merecem destaque os trabalhos de Baumgarten (2004), Rivron (2011), Botelho (2011) e Fischer (2022).

Baumgarten, por exemplo, orienta-se pela visão de David Perkins, que analisa a história literária com as mesmas categorias do texto ficcional. Assim, para Baumgarten, haveria em *Pequena história* um narrador, que “seleciona eventos” (p. 47), para organizá-los segundo o critério do “sentimento de nacionalidade” numa periodização que lhe pareça adequada. Segundo Baumgarten, “a questão da nacionalidade configura-se como o herói dessa narrativa histórica” (p. 49). Embora mencione brevemente os limites da visão de Ronald por reproduzir acriticamente o pensamento conservador do século XIX, em especial aqueles embutidos nos conceitos de “raça” e “meio”, Baumgarten ressalta os elementos favoráveis da obra, caracterizando-a como “inovadora” por se afastar “do caráter enciclopédico” das anteriores, além de assumir positivamente uma atitude comparatista.

Rivron, por sua vez, de uma perspectiva da sociologia da literatura, faz uma interpretação original e abrangente da gênese de *Pequena história* e do percurso intelectual de Ronald. Para isso, considera as especificidades da escrita da história literária no Brasil desde o século XIX, empenhada em garantir uma unidade cultural correspondente à unidade política, projeto político-ideológico inaugurado por Pedro II. Nesse quadro, o autor ilumina a filiação de Ronald a Veríssimo, que cumpriria o programa privilegiando a análise estética por oposição à análise “sociologizante” de Romero. Ronald acabaria por “apresentar como naturais e a-históricos os objetos que estuda: “‘literatura’ e ‘nação’” (RIVRON, 2011, p. 77), valorizando noções como “meio ambiente (ou natural), povo, raça, caráter, língua, tradição e folclore” (Idem, p, 78). Rivron explica o sucesso de *Pequena história* também “pela trajetória social de seu autor”, baseada na correlação entre carreira diplomática e carreira literária. Em suas estadas na Europa, especialmente na França, Ronald teria acumulado “capital relacional importante” (contatos na academia francesa, entre os vanguardistas, membros das elites brasileiras e portuguesas exilados) e “capital simbólico” (uma formação humanista na Sorbonne) (Idem, p. 84), que lhe

114 | HISTÓRIA LITERÁRIA ANTES DE 1922, O CASO DE RONALD DE CARVALHO

renderiam uma carreira diplomática e política ascendente, embora nunca tenha se engajado politicamente em nenhum partido. Como destaca Rivron, Ronald “mostrou-se, em certos momentos, muito sensível ao Integralismo de Plínio Salgado e travou uma relação afetiva e espiritual com o então chefe intelectual do catolicismo brasileiro, Jackson de Figueiredo” (Idem, p. 83). Além disso, a partir de 1934 até sua morte, em 1937, foi chefe da Casa Civil do governo de Getúlio Vargas, tendo sido “o principal autor dos discursos presidenciais” (Idem, p. 85). Rivron encerra suas considerações com a constatação de que *Pequena história* perdeu relevância porque o próprio sentido da escrita da história literária passou a ser outro depois de formadas as primeiras gerações de professores universitários dedicados à literatura brasileira.

No mesmo ano de 2011, Botelho segue uma outra linha, julgando inapropriado “descartar uma possível identidade cognitiva modernista do livro [*Pequena história*] em função do seu gênero intelectual ou do perfil crítico mais conservador de seu autor” (BOTELHO, 2011, p. 139). Além disso, o autor explora a questão da invisibilidade em que incorreu a obra de Ronald de Carvalho pela

[...] forte identificação da crítica à perspectiva vencedora na construção social da identidade do modernismo brasileiro – definida a partir dos valores do movimento paulista (com o qual Ronald de Carvalho e outros modernistas estabelecidos na então capital federal concorriam nos anos de 1920 e 1930). (BOTELHO, 2011, p. 135)

Diferentemente de Rivron, Botelho não considera a carreira literária e política brilhante de Ronald, preferindo atribuir papel positivo ao juízo de alguns de seus contemporâneos de que teria sido um mero “rotinizador de ideias” (BOTELHO, 2011, p. 136), afinal, capaz de transmitir eficazmente valores, representações da história e da cultura do Brasil. Além disso, Botelho identifica a importância de *Pequena história* em dois aspectos: primeiro,

“simplicidade” como “crítica ao legado cultural ibérico” e “aproximação da linguagem cotidiana”; e, segundo, “resposta aos constrangimentos trazidos pelas influências externas à dinâmica cultural brasileira” (Idem, p. 139). Esses dois aspectos seriam igualmente centrais ao movimento Modernista, portanto, tornando possível considerar a obra *moderna*.

Finalizando, para Fischer, a *Pequena história da literatura brasileira* “fornece um interessante retrato do valor do modernismo paulista de um ângulo não canônico, mais do que simplesmente não paulista” (Fischer, 2022, p. 95). Fischer encontra no Simbolismo de Ronald um potencial literário maior do que o “futurismo agressivo praticado em 22” com a vantagem de não ter nada de “nacionalismo, que é a base do modernismo paulista” (Idem, p. 95). Fischer dá a entender que alguns conceitos de Ronald talvez carecessem de um aprimoramento que não chegou a ocorrer, por ter Ronald falecido em 1935 num acidente automobilístico: “tinha 41 anos e toda uma vida madura pela frente, quando poderia ter, por exemplo, amadurecido uma série de visões suas sobre a literatura, o mundo, o modernismo” (Idem, p. 94). Sobre os acréscimos da edição de 1937, Fischer conclui: “se dependesse do Ronald de Carvalho de 1935, que fora protagonista em 1922 e trilhara caminho diverso daquele liderado por Mário, o futuro da Semana e de sua mitologia klaxônica teria sido outro” (Idem, p. 100), embora não esclareça qual exatamente seria esse outro futuro. Para o autor, o ponto de vista de Ronald teria sido ofuscado pela hegemonia da “visão paulista” sobre a história da literatura brasileira.

Vistas em conjunto, essas abordagens mostram diferentes maneiras de iluminar a contribuição de *Pequena história da literatura brasileira* e de entender seus limites. Se a percepção inicial da obra foi positiva, a partir dos anos 1940 a situação mudou: mesmo com os acréscimos feitos por Ronald de Carvalho para a quinta edição, a crítica passou a apontar seus limites, sobretudo pela comparação com outras obras do mesmo gênero lançadas à época. A partir daí, o livro foi gradativamente passando de referência a documento histórico,

116 | HISTÓRIA LITERÁRIA ANTES DE 1922, O CASO DE RONALD DE CARVALHO

condição que persistiu até recentemente quando uma revisão do modernismo pretendeu lhe reatribuir mérito.

Nessa linha revisionista recente, parece haver consenso quanto a um suposto potencial de *Pequena história da literatura brasileira* para desmistificar a ideia da Semana de Arte Moderna enquanto marco da ruptura radical ocorrida na produção literária brasileira, como sugerem o subtítulo de Botelho, “Provocação ao Modernismo”, e o título do livro de Fischer em que se encontra sua análise da obra, *Ideologia modernista: a Semana de 22 e sua consagração*. Contudo, uma leitura atenta de *Pequena história* e de suas contradições internas – que não seja condescendente com as afirmações de cunho racista e patriarcal que embasam alguns de seus juízos literários – põe em xeque tal suposição. Além disso, salvo o estudo de Rivron, os trabalhos posteriores a 2000 omitem a contextualização que permitiria identificar o compromisso de Ronald de Carvalho com ideais “passadistas” e “academicistas”, tão combatidos por grande parte dos integrantes da Semana de 22. Assim, a *Pequena história*, mesmo com os acréscimos de 1937, não pode ser confundida com uma obra criada no espírito geral do Modernismo, cujo projeto era pôr abaixo justamente os valores literários, políticos e históricos que a *Pequena história* defende. O fato de Ronald de Carvalho ter sido figura de destaque num dos lados que compunham o prisma modernista não torna suas obras automaticamente isentas de finalidades específicas, muito menos automaticamente “modernas”. Não basta ser “nacionalista” para ser modernista, principalmente se esse “nacionalismo” está marcado por ideais conservadores e pelo objetivo de compactuar com a tradição oligárquica que dominava o Brasil desde a época colonial. O elemento revolucionário que caracteriza a vertente modernista da Semana de 22, nesse sentido, faz com que sua importância no quadro cultural brasileiro não possa ser diminuída.

Comentários finais

Certamente as transformações no modo como a obra foi vista e é percebida hoje relacionam-se a mudanças de paradigma trazidas pelas conjunturas histórica, política e cultural brasileiras ao longo do tempo, o que não foi objeto deste estudo. Seria possível, entretanto, fazer um paralelo entre a percepção de *Pequena história* e a da própria Semana de Arte Moderna. Como afirma Alambert, a Semana é “inventada e desinventada, amada e odiada, reconstituída e desconstruída em todos os momentos que a história do Brasil moderno, de suas utopias e distopias, precisa ser posta na ordem do dia ou no silêncio da noite” (Alambert, 2012, p. 109). A leitura atenta de *Pequena história da literatura brasileira* e uma lupa sobre as motivações gerais de aceitação e rejeição da obra permitem a constatação da permanência indelével, no texto, de elementos retrógrados da vida social e intelectual brasileira. O momento presente do centenário da Semana de 22, marcado pela ascensão do conservadorismo político no Brasil e, concomitantemente, pelas contraditórias manifestações de revalorização do nacional, exige prudência para distinguir os monumentos que merecem ser louvados.

Referências bibliográficas

ABREU, Mirhiane Mendes de: “Cartas e polêmicas: Ronald de Carvalho e as questões modernistas”. In: Coli, J.; Gárate, M. (Org.). *A arte da comparação: homenagem a Luiz Carlos Dantas*. Campinas. Editora da Unicamp, 2016. p. 109-129.

<http://modernismo.pt/livros/CartasMirhianeAbreuArte%20da%20comparacaoDantas.pdf> (Acesso 10/10/2022)

ALAMBERT, Francisco. “A reinvenção da Semana (1932-1942)”, in: *Revista USP*. São Paulo, nº 94, pp. 107-118. Jun/Jul/Ago 2012.

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/45182/48794> (Acesso 10/10/2022)

- MURICY ANDRADE: “Os prosadores: Ronald de Carvalho e a crítica literária brasileira”, *América Latina: Revista de arte e pensamento*, Rio de Janeiro, t. I, jan./fev/ 1920, ano 1, n. 6, pp. 471-475.
- ANDRADE, Mário. “Literatura nacional”. In: *O empalhador de passarinho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002a, pp. 169-172.
- ANDRADE, Mário. “O movimento modernista”. In: *Aspectos da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002b, pp. 253-280.
- ANDRADE, Mário. *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. Org. Marcos Antonio de Moraes. São Paulo: Edusp, 2001.
- ANDRADE, Mário. *Vida literária*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1993.
- ATAÍDE, Tristão. “Ronald de Carvalho - Pequena História da Literatura Brasileira (ed. F. Briguiet. 360 pp) Rio - 1919”. In: *O Jornal*, 3/11/1919, p. 7.
- BANDEIRA, Manuel. *Andorinha, andorinha*. Org. Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª ed., 1986.
- BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa seleta*. Org. André Seffrin. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2020. 2 vols.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre: “Ronald de Carvalho e a escrita da pequena história da literatura brasileira”. In: *Letras de hoje*. Porto Alegre, v. 39, nº 2, pp. 47-54, jul. 2004.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 36ª ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BOTELHO, André. “A Pequena história da literatura Brasileira: provocação ao modernismo”. In: *Tempo Social*, v. 23, n. 2, nov. 2011, p. 136-161.
- CANDIDO, Antonio. “Literatura brasileira I e II”. In: *Folha da Manhã*, 18/03/1943, p. 5.
- CANDIDO, Antonio. “Notas de crítica literária”. In: *Literatura e Sociedade*. São Paulo: USP/ FFLCH/ DTLIC, 2000, n. 5, pp. 167-247.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*. 9ª ed. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000, 2 vols.
- CARPEAUX, Otto Maria. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. 2ª ed. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1955.
- CARVALHO, Ricardo Souza de. “Ronald de Carvalho: Um moderno acadêmico”. In: *Graphos*. João Pessoa, v. 8, n. 1, Jan./Jul./2006, pp. 75-80. <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/graphos/article/view/9313/4994> (Acesso 10/10/2022)
- CARVALHO, Ronald. *O espelho de Ariel*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, Anuário do Brasil, 1923.

CARVALHO, Ronald. *Pequena história da literatura brasileira*. 6ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1937.

CARVALHO, Ronald. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1919.

FISCHER, Luís Augusto. *A ideologia modernista: a Semana de 22 e sua consagração*. São Paulo: Todavia, 2022.

MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil. 1º volume: 1724-1939*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MARTINS, Wilson: *O modernismo. A literatura brasileira. Vol. VI*. São Paulo: Cultrix, 1965.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura: Modernismo (1922-atualidade)*. São Paulo: Cultrix, 2001, v. III.

RIBEIRO, João. "Ronald de Carvalho – Pequena história da literatura brasileira. Rio, Briguiet, edit." . In: *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 27/10/1919.

RIVRON, Vassili: "Genealogia intelectual ou mito de origem? Ronald de Carvalho e a história literária. Do ensaio ao clássico". In: *Antropolítica*. Niterói, nº 30, pp. 74-95, 1º sem. 2011.

<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41874/pdf> (Acesso 10/10/2022)

SAMPAIO, João Luiz. "Os esquecidos da Semana de 22", CNN, 17/02/2022. <https://www.cnnbrasil.com.br/estilo/os-esquecidos-da-semana-de-22-falta-um-olhar-generoso-para-geracoes-seguintes/> (Acesso em 10/10/2022)

VICTOR, Nestor. "Uma carta". In: *Revista Americana*. Rio de Janeiro, 10/12/1919, pp. 280-292.

Laura Rivas Gagliardi é pesquisadora associada ao Instituto Luso-Brasileiro da Universidade de Colônia, onde desenvolve o projeto "Novas perspectivas da teoria pós-colonial: sobre história e conhecimento nos estudos literários brasileiros", financiado pela Fundação Alemã de Pesquisa. É bacharel em Letras pela Universidade de São Paulo, mestre e doutora em Letras Românicas pela Universidade Livre de Berlim. Publicou em 2020 sua tese de doutoramento *Literaturgeschichte und Ideologie: Ferdinand Wolfs literaturpolitisches Projekt "Le Brésil littéraire" (1863)* [História literária e ideologia: o projeto político-literário de Ferdinand Wolf em "O Brasil literário" (1863)].